



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0001463-98.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **AILTON RODRIGUES CORTEZ- Desacompanhado de advogado.**  
 Requerido: **JOSÉ WILSON DA SILVA - CPF 099.023.038-46 - Desacompanhado de advogado. Novo endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 3615 Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP – CEP 15014-060 – Tel (16) 99616-7648.**

Aos 10 de abril de 2018, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. **O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de R\$3.193,77, em 11 parcelas, sendo 10 parcelas no valor de R\$300,00 e a última no valor de R\$ 193,77, vencendo-se a primeira em 10/05/2018 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente do autor AILTON RODRIGUES CORTEZ – CPF 088.125.528-97, Banco DO BRASIL - Agência 295-X C/C 208224-1 , e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida. Tendo em vista que o requerido não possui habilitação, requerem que seja oficiado à CIRETRAN para exclusão dos pontos na carteira do autor. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Pelo MM. Juiz Dr. Silvio Moura Sales foi dito: "Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Oficie-se à CIRETRAN conforme solicitado. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. Eu, Amarildo Frossard, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.**

Requerente:

Requerido: